



DESPACHO

Processo n.º [REDACTED]

Demandantes: [REDACTED]

Demandados: [REDACTED]
[REDACTED]

1. Em requerimento de 17 de agosto de 2018, vieram os Demandados invocar dificuldades sérias na preparação da respetiva defesa, desde logo porque continua por apresentar o documento nº 21, em versão legível, conforme determinado pelo Presidente do CAC de 9 de julho, circunstância que tem atrasado fortemente a organização da defesa por se tratar documento que “alegadamente reflete ou documenta os resultados de diversos ensaios realizados, matéria muito relevante para o litígio em causa”.

2. Os Demandados fizeram ainda notar que as Demandantes também não juntaram as faturas que protestaram juntar, que configuram «centenas de documentos», “como anunciam as próprias Demandantes”.

3. Sustentam ainda os Demandados que, atenta a elevada complexidade técnica do litígio e o número de documentos em causa, só a análise cuidada e detalhada de todos os factos articulados, em conjugação com os documentos que os acompanham, poderá garantir o exercício cabal do seu direito de defesa e do contraditório.

4. Concluem os Demandados requerendo a junção urgente, pelas Demandantes, de versão legível do documento nº 21 e dos documentos protestados juntar requerimento de



arbitragem, bem como que se considere os Demandados citados apenas na data em que os documentos venham a ser juntos e, consequentemente, o prazo para apresentação da defesa só se inicie com tal junção ou, pelo menos, não termine antes de decorridos 30 dias sobre a mesma.

5. Convidadas a pronunciarem-se, as Demandantes opuseram-se ao requerido, sustentando que, conforme ficou consignado na Secção G do seu requerimento inicial de arbitragem, haviam optado por deixar já descritos os factos essenciais que fundamentam a sua pretensão e as respetivas razões de direito, sem prejuízo do disposto na alínea c) do artigo 30º do Regulamento do CAC.

6. Acrescentam que, não obstante tal opção, de acordo com o citado regulamento, é ao tribunal arbitral que caberá” definir na audiência preliminar, ou no prazo máximo de trinta dias após a sua realização, os meios de prova e as regras e prazos quanto à sua produção”.

7. Mais invocam que, apesar da ilegibilidade do documento nº 21, considerando que as Demandantes alegaram factos específicos e concretos nos artigos 88º a 92º, a cuja prova o documento em causa se destina, nada impede que os Demandados possam, desde já, pronunciar-se quanto a tais factos, exercendo, de acordo com o regulamento do CAC, o contraditório relativamente a este documento, bem como ao documento protestado juntar, *a posteriori*, quando forem juntos.

8. Do que antecede, resulta que as Partes divergem quanto à necessidade de apresentação, nesta fase processual, de todos os documentos que fazem prova dos factos alegados, de que resultam, necessariamente, entendimentos opostos quanto à eventual



violação do direito de defesa e exercício do contraditório dos Demandados, caso **não** sejam os mesmos apresentados.

9. Ora, nos termos do artigo 19º do Regulamento de Arbitragem do Centro, o processo arbitral inicia-se com a apresentação pelo demandante de um requerimento de arbitragem, devidamente acompanhado da convenção de arbitragem, do qual devem constar, para além de outras circunstâncias que considere relevantes, a identificação das partes e suas moradas, a descrição sumária do litígio, o pedido e respetivo valor, ainda que estimado, e a designação do Árbitro que lhe compete designar.

10. Assim, nada prevê o Regulamento de Arbitragem acerca da apresentação de documentos de prova dos factos alegados e, quanto a estes, sem prejuízo do demandante poder submeter o litígio de modo circunstanciado e eventualmente apresentar documentos probatórios – *in casu*, as Demandantes optaram por apresentar os factos essenciais que fundamentam a sua pretensão, as respetivas razões de direito e alguns documentos, protestando juntar outros – certo é que tal não se afigura necessário, como bem se alcança do confronto com o disposto no nº 2, do artigo 30º, nos termos do qual o tribunal define, além do mais, na audiência preliminar ou no prazo máximo de trinta dias após a sua realização, ouvidas as partes, os articulados a apresentar, os meios de prova e as regras e prazos quanto à sua apresentação.

11. Tal como previsto no Regulamento de Arbitragem do CAC, o Requerimento de Arbitragem configura um pedido de submissão do litígio a tribunal arbitral e não necessariamente uma petição inicial, do mesmo modo que a Resposta dos Demandados, de acordo com o disposto no artigo 20º do mesmo regulamento, não é necessariamente uma contestação. Nos termos do Regulamento, os articulados e os meios de prova são apresentados em fase subsequente à fase de apresentação daquelas peças iniciais, se a



arbitragem houver de prosseguir, e nos termos definidos pelo tribunal arbitral, mediante prévia audição das partes.

12. Face ao exposto, considerando que (i), nesta fase processual, a falta de versão legível do documento nº 21, bem como dos documentos protestados juntar, não prejudica o direito de defesa e contraditório dos Demandantes, os quais se podem, posteriormente, sobre eles se pronunciar, considerando, ainda, que (ii) os Demandantes já foram notificados para apresentar aquele documento, e tendo em conta, finalmente, (iii) que a requerimento do Demandado já foi solicitado e deferido pelo Presidente do Centro uma prorrogação do prazo para apresentação da Resposta em mais trinta dias, decide-se não serem de atender os pedidos formulados pelos Demandados, que, por isso, se indeferem.

Lisboa, 23 de agosto de 2018

O Presidente do Centro de Arbitragem Comercial

Prof. Doutor António Menezes Cordeiro